



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO JOSUÉ DE CASTRO, MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ.

Ana Cristina Lima Novaes¹

Erika Vanessa Moreira Santos²

INTRODUÇÃO

A Questão Agrária no Brasil é um tema complexo que envolve aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos relacionados à concentração da terra e os efeitos sobre a natureza. Pensar politicamente a questão agrária, se torna tópico central nas disputas pelo poder e na formulação de políticas públicas voltadas à reprodução da agricultura familiar.

O município de Campos dos Goytacazes está localizado na porção norte do estado do Rio de Janeiro e historicamente é marcado pela monocultura da cana-de-açúcar, concentração fundiária e trabalho escravizado. Esse retrato histórico se reverbera no aprofundamento da desigualdade social no campo e na cidade. Uma estratégia importante de resistência dos grupos menos favorecidos, que sofrem com a desigualdade social, é a organização coletiva em movimentos sociais. No caso de Campos dos Goytacazes, ocorreu desde os anos de 1990, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na luta pela terra.

Com a atuação dos trabalhadores organizados no Movimento, foram criados assentamentos rurais em áreas antes explorada com a monocultura da cana de açúcar. Com o declínio da atividade, as fazendas utilizadas para o plantio foram declaradas massa falida em virtude da dívida com a União. Compreendendo-se como áreas sem função social, os movimentos sociais lutam, via ocupação de terras, para pressionar o Estado na desapropriação dos latifúndios e na criação de assentamentos rurais nessas áreas.

Os assentamentos rurais são territórios marcados pela existência de múltiplas estratégias sociais e econômicas para produzir, reproduzir e resistir na terra, ressaltando que a participação das mulheres é presente, atuante e fomentada pelo exercício laboral na produção agrícola.



O objetivo deste trabalho, em fase de desenvolvimento, é identificar e compreender as estratégias econômicas e sociais das agricultoras do assentamento rural Josué de Castro no município de Campos dos Goytacazes-RJ.

É no contexto de mobilizações sociais que os assentamentos rurais emergem como resultado da luta de trabalhadoras/res engajadas/os em organizações coletivas para mitigar as desigualdades sociais no campo. Nos assentamentos há o desenvolvimento de diversas atividades pelas mulheres - agrícolas, não agrícolas, remuneradas e não remuneradas.

METODOLOGIA

A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e aprimoramento, demandando um retorno proeminente às questões basilares que alicerçam o estudo. Elementos como as estratégias organizacionais e institucionais exigem uma abordagem rigorosa, pautadas na coleta de informações e materiais que serão criteriosamente sistematizados e analisados à luz do referencial teórico selecionado.

A abordagem metodológica utilizada não deve ser vista como estática, mas como uma construção dinâmica, que permite acrescentar novos elementos ao longo da pesquisa. As análises da dinâmica social, produtiva e política de um assentamento rural inviabiliza a sua classificação apenas como qualitativa ou quantitativa. As observações preliminares (realizadas em trabalho no campo e nos circuitos curtos (feiras) e a própria necessidade de contextualização direcionam a uma pesquisa qualitativa e participante.

O embasamento teórico da pesquisa é solidificado por meio da revisão bibliográfica contínua e dinâmica. O objetivo é construir um arcabouço conceitual robusto preparado para embasar a futura análise dos dados empíricos a serem observados durante a pesquisa.". Os temas centrais presentes na revisão incluem: questão agrária, reforma fundiária, regularização fundiária, território e lugar, a formação e a consolidação de assentamentos rurais, gênero e agricultura, organização no campesinato e a atuação dos movimentos sociais. As temáticas são amplas e representam, neste momento, o ponto de partida, haja vista que a pesquisa está em fase de desenvolvimento e, com base em novos desdobramentos, novas leituras poderão ser incorporadas.

Para a efetiva sistematização e análise crítica dos dados, a metodologia de investigação articula explicitamente as abordagens quanti-qualitativas nessa pesquisa. A escolha pela



abordagem ressalta o compromisso com a análise integral a partir das ações e estratégias adotadas pelos atores sociais envolvidos na pesquisa, que requer tanto a dimensão da mensuração e contextualização (quantitativa) quanto a profundidade e o significado das experiências sociais (qualitativa).

Em relação aos dados quantitativos, foram utilizados a base do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), trata-se de um sistema informatizado do INCRA que reúne e organiza dados sobre os projetos de reforma agrária, incluindo os beneficiários, as áreas de terra distribuídas e o andamento desses projetos, os dados fornecidos foram no relatório do ano vigente 2025, onde apresenta a caracterização do assentamento Josué de Castro. A sistematização dos dados e das informações coletadas foi analisada sob a perspectiva da importância das agricultoras para a reprodução da vida no Assentamento Josué de Castro. As observações preliminares e o acompanhamento junto ao grupo de mulheres já destacaram elementos analíticos que serão aprofundados, tais como: a inegável presença de resistência coletiva na luta pela terra e pelos direitos; a importância da soberania alimentar como projeto político e produtivo; a presença efetiva em circuitos curtos (feiras) como estratégia de comercialização e a preocupação com a família, entendida como força motriz da organização social e da produção. Todo o material servirá para balizar a compreensão das múltiplas dimensões da atuação das mulheres no contexto da reforma agrária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão da terra no Brasil abrange dimensões históricas, sociais, econômicas e políticas ligadas à concentração da propriedade fundiária e as relações de trabalho, além de envolver os reflexos das ações na natureza. A questão agrária sob a perspectiva política torna-se essencial na compreensão das lutas e na reivindicação por políticas públicas que favorecem a agricultura familiar. Ao abordar a questão agrária há a necessidade de incorporar temáticas como: agricultura familiar, arrendamento, desigualdades, lutas, territórios, movimentos sociais etc. Portanto, a questão agrária é a face contraditória e dialética do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Segundo Lenin (1981, p. 40), ao retratar a questão agrária na Rússia, entre o final do século XIX e início do século XX, as classes que compunham o campesinato eram divididos em três grupos: pobre, médio e rico. Acreditando que houve um desmonte do campesinato por



conta do desenvolvimento do capitalismo, a dissolução da vida camponesa é considerada um resultado concreto e inerente ao avanço deste tipo de economia mercantil. Esse processo tem a dupla função de, por um lado, eliminar os resquícios de estruturas feudais pré-capitalistas no campo e, por outro lado, estabelecer uma nova estrutura de classes sociais, com o surgimento da burguesia agrária e do proletariado agrícola.

Para Kautsky (1981, p. 111), o destino do camponês sofreu um processo inevitável: a erosão econômica o levou a desaparecer gradualmente, perdendo sua autonomia e sua liberdade devido à força implacável do modo de produção capitalista. Essa dinâmica se deu na superioridade estrutural da grande exploração capitalista, que operou com uma racionalidade avassaladora: enquanto o pequeno lutava com meios limitados, no grande estabelecimento utilizava máquinas mais eficazes, produtividade alta e monocultura. Essa lógica se deu com a especialização e a divisão racional do trabalho. Foi essa desigualdade na capacidade produtiva que acarretou perda de competitividade e, por fim, a subordinação do pequeno agricultor aos ditames do capital.

Ao contrário de Lenin, Chayanov (1981, p. 142) compreende o campesinato como uma "unidade econômica familiar de trabalho" cujo objetivo é satisfazer as necessidades da família e não o lucro. Para o autor, é a formulação do princípio do equilíbrio entre esforço e satisfação que determina a jornada de trabalho nas unidades familiares camponesas.

As discussões em relação à questão agrária no Brasil trazem ao olhar de Wanderley (2014), a coexistência entre a agricultura familiar e patronal. O país possui uma das maiores concentrações de terras e isso reflete na desigualdade social tanto no campo quanto na cidade.

O município de Campos dos Goytacazes tem as consequências da exploração desde período colonial que repercutem, atualmente, no agravamento da questão da desigualdade social.

No Brasil, a referência ao campesinato assume dupla conotação. Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispondo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social (Wanderley, 2015, p.30).

O campesinato representa a forma fundamental na produção de alimentos saudáveis e, por meio de movimentos sociais, como o MST, configura-se como uma força de resistência



organizada. Essa faceta moderna e política desafia a visão de atraso, reafirmando sua importância socioeconômica e territorial (Wanderley, 2015).

Avançando na discussão sobre o campesinato, é crucial ressaltar o agravamento da desigualdade social impulsionado pelo desenvolvimento capitalista no campo. Esse processo, fortemente estimulado pelo avanço tecnológico, aprofundou ainda mais a pobreza rural. Embora a produtividade tenha aumentado drasticamente com a produção de monoculturas, a modernização resultou em uma severa diminuição na demanda por mão de obra. Tal fato não só elevou o desemprego no campo, mas também na cidade, consolidando um grave problema estrutural de exclusão social e intensificou a saída da população do campo para as cidades.

Desde o período militar, o modelo de desenvolvimento agropecuário, que favorece o produtor capitalista em vez do camponês, agravou a concentração de terras. Com o avanço tecnológico (mecanização e insumos), a produtividade aumentou, mas a mão de obra diminuiu, levando ao aumento do desemprego tanto no campo quanto na cidade e consolidando um problema estrutural de exclusão social e territorial. (Fernandes, 2000, p.03)

Ao longo de toda a formação territorial brasileira, historicamente marcada pela intensa concentração fundiária e pela exploração do trabalho e dos recursos naturais, os camponeses não se posicionaram de forma passiva. Pelo contrário, eles desenvolveram estratégias contínuas de afirmação de seu modo de vida e de sua cultura, resistindo no campo e redefinindo o território sob uma lógica de trabalho e dignidade.

A resistência manifestou-se tanto na organização coletiva e na liderança de movimentos sociais quanto em práticas de autoconsumo e redes de solidariedade, a “posse precária” da terra e o sistema de “morada” demonstram a capacidade de manter a produção familiar e comunitária em contextos adversos, inclusive sob o domínio do trabalho escravizado e do latifúndio (Wanderley, 2014, p. 29).

Segundo Oliveira (2007, p.8) o desenvolvimento capitalista no Brasil é "desigual e contraditório", apresentando uma convivência heterogênea entre a expansão do trabalho assalariado e a produção rural, desenhando que o camponês é considerado um "sujeito social interno" ao capitalismo, em vez de externo a ele.

A principal característica do modelo da concentração fundiária é a aliança histórica entre capitalistas urbanos e latifundiários, que utiliza a terra como "reserva de valor" e "reserva patrimonial", resultando em uma estrutura fundiária hiper concentrada e improdutiva, além da dívida crescente com o erário federal.



O fato de o campesinato, marginalizado de políticas públicas, conseguir ser representado em movimentos sociais, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a principal expressão de resistência dos "expropriados", se materializa na luta pelo território e na busca de sua autonomia, cidadania e direitos sociais.

O direito de acesso à terra, garantir a sua reprodução e direitos sociais nos leva a pensar na formação dos assentamentos como território (Fernandes, 2000, p. 02):

Neste sentido, os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. Os sujeitos sociais organizam-se por meios das relações de classe para desenvolver seus territórios. No campo, os territórios do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes classes e relações sociais.

Em uma forma de corroborar na pesquisa, o autor traz o entendimento dos diferentes conceitos geográficos para a temática em questão.

É importante lembrar que território não é apenas espaço geográfico, também pode ser espaço político. Os espaços políticos diferem dos espaços geográficos em forma e conteúdo. Os espaços políticos, necessariamente, não possuem área, mas somente dimensões (Fernandes, 2001, p. 04)

O território é constituído nas três formas basilares na sociedade, ou seja, no campo político, econômico e social, com a existência de conflitos e recriação de relações não hegemônicas. Uma das estratégias para mitigar a problemática do uso das terras devolutas foi a atuação dos movimentos sociais na busca por projetos coletivos, cooperativos e baseados em uma economia popular.

Com a atuação dos movimentos sociais, houve, no Brasil, a institucionalização da política de assentamentos rurais que levou a regularização fundiária de terras devolutas ou sem função social. Segundo Fernandes (2006) “as relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões” (2006, p.06).

Os assentamentos são compreendidos como territórios de luta, poder e resistência (Moreira Santos, 2017), isso tem sido observado no assentamento Josué de Castro, por meio das distintas estratégias desenvolvidas pelas agricultoras e suas famílias, no escoamento de produtos agrícolas, na geração de renda monetária e não monetária e da responsabilidade no âmbito do lote.

Para Paula (2020, p. 158) os assentamentos rurais se apresentam não só como questão fundiária mas abrange a disputa de gênero pois “os assentamentos rurais são processos sociais



complexos, que permitem a problematização de espaços ditos masculinos e femininos, além de reproduzirem diferentes formas de violência, como por exemplo, a de gênero”.

O modelo patriarcado ainda continua incutido dentro da sociedade, de diversos modos, e parece, em muitos casos, naturalizado nas diferentes instituições. A imposição do patriarcalismo está “no regime patriarcal, as mulheres estão incluídas como objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros(as) e de força de trabalho (não remunerado), e conseqüentemente, de novas reprodutoras” (Paula, 2020, p. 122).

A despeito do entendimento de que as tarefas domésticas deveriam ser reconhecidas como trabalho, essa responsabilidade sobrecarrega as mulheres, sobretudo àquelas que moram no campo e são agricultoras. Desse modo, a sociedade estabelece que o cuidado integral é de sua obrigação e, por essa razão, não exige compensação financeira, renegando a atividade não remunerada a uma total invisibilidade.

RESULTADOS

O assentamento Josué de Castro (Mapa 01) está localizado no município de Campos dos Goytacazes, situado no distrito de Morro do Coco (12º distrito) e sua distância até a área central chega a 74 Km. Constituído no ano de 2001, o assentamento é composto por 34 lotes, cujo principal acesso decorre da BR 101 e da estrada vicinal Sesmarias.

O assentamento possui energia elétrica nas casas, parte da água é tratada e, em alguns lotes, provém de poços. A maioria das casas está localizada às margens da estrada vicinal e existe uma sede com a presença de uma estrutura de alvenaria com diferentes usos.

Mapa 01: Assentamento Josué de Castro, município de Campos dos Goytacazes-RJ.

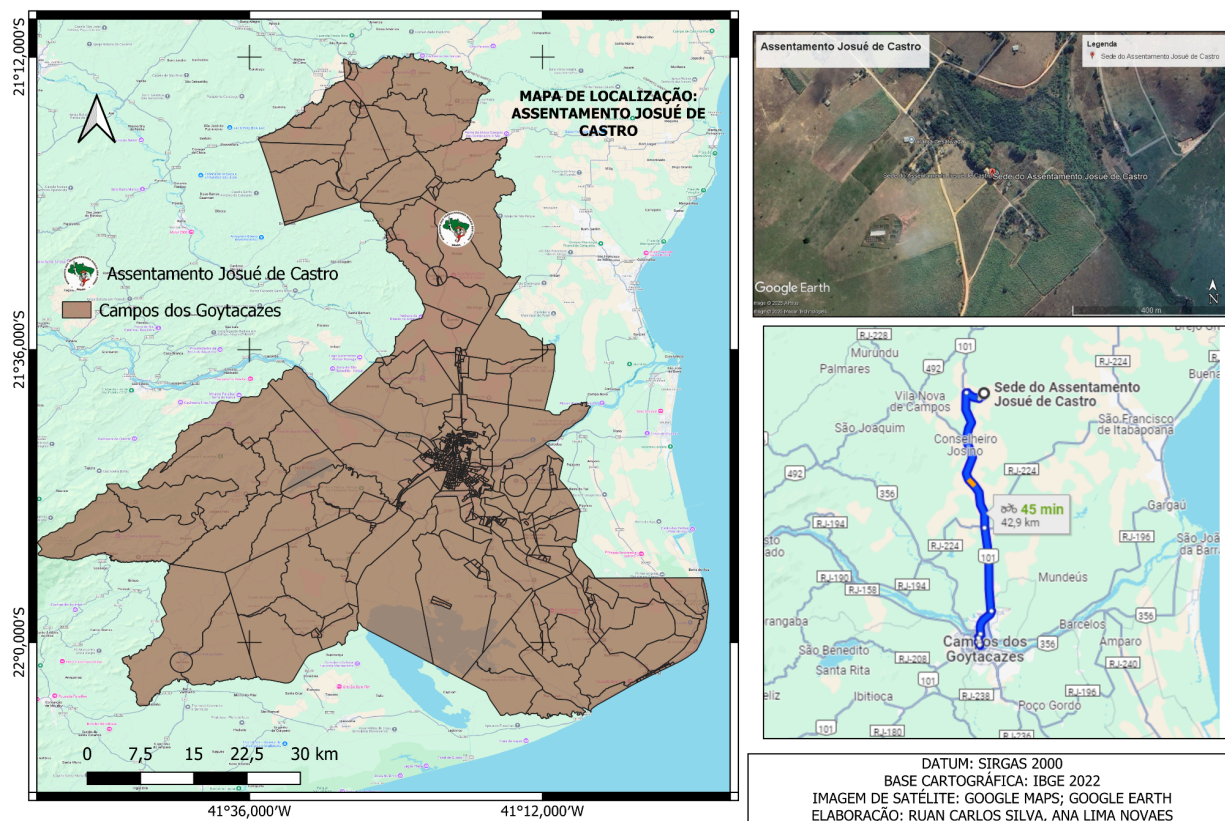


XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Org: Ana Lima e Ruan Carlos Silva.

Há ausência de transporte público na localidade rural e para acessar o ônibus ou a van, é necessário realizar o deslocamento até a BR-101. Além da dificuldade na mobilidade, os serviços básicos de saúde e educação são precários, inexistindo, escolas, creches, postos de saúde e de segurança, retratando a falta de políticas públicas que assegurem os direitos constitucionais.

A implantação dos assentamentos representa um impacto socioterritorial importante, promovendo o desenvolvimento local. Nessas áreas, os sem-terra constroem sua própria existência por meio da geração de renda e trabalho. Existem várias lutas após a conquista da terra: luta por crédito agrícola, por escola no assentamento, por moradia, por estradas, por transporte coletivo, por energia elétrica, por saúde etc., que levam a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas (Fernandes, 2000, p.04)

A implantação de um assentamento pode levar a um impacto transformador, pois promove a dinamização da economia local, com o consumo e a demanda por serviços essenciais na área da saúde, educação e comercial. A conquista da terra marca um novo ciclo



de lutas, como acesso ao crédito, à moradia, à infraestrutura e às políticas sociais – que são fundamentais para a efetiva construção de territórios de apropriação da agricultura familiar.

Os assentamentos e acampamentos elegem suas coordenações regionais, que por sua vez, elegem as coordenações estaduais. A coordenação estadual elege os representantes da coordenação nacional. Os coordenadores indicam entre seus membros os componentes da direção estadual e nacional. É nos núcleos, nas coordenações e nas direções que o MST toma suas decisões cotidianas (Carter, 2010, p.24).

Os assentamentos possuem uma estrutura de gestão própria, cuja formação e manutenção contam com o apoio de movimentos sociais. Essa organização é composta pelos próprios assentados e se consolida por meio de eleições internas, realizadas com o objetivo de definir a liderança e as comissões que irão exercer as diversas funcionalidades e tarefas essenciais para a administração e a organização interna.

Durante nossas visitas de campo, constatamos, por meio dos relatos das agricultoras do assentamento Josué de Castro, a ausência de creches para atendê-las. A falta de escolas com educação infantil acarreta a sobrecarga entre a atividade laboral intensa na agricultura e nas atividades domésticas e o cuidado com as crianças.

As políticas públicas dentro do assentamento Josué de Castro atende de forma paliativa, pois serviços básicos presentes na cidade, não estão no campo, a ausência de equipamentos de uso coletivo entendido como direitos são, muitas vezes, negados aos moradores das áreas rurais e quando oferecidos a qualidade não é a mesma da cidade, fazendo-se repensar em formas estratégicas para driblar essas dificuldades e assim conseguir atingir os objetivos das vendas e geração de renda.

É importante ressaltar que a dinâmica campo-cidade transcende o âmbito municipal. Os atores envolvidos, especialmente os assentados, constroem e mantêm redes de interconexão que se desenvolvem fora dos limites administrativos do município. Moreira Santos (2017) afirma que “com o acesso aos meios de comunicação – telefonia e internet – meios de transporte – individual e coletivo, a relação campo-cidade não ocorre apenas nos limites políticos municipais” (2017, p.57).

As distinções entre cidade e campo estão na classificação técnica, econômica e territorial do trabalho. Quando colocamos a questão das redes de comercialização, evidenciamos que as agricultoras não restringem suas vendas apenas na cidade de Campos



dos Goytacazes. Segundo Paula (2020, p.148) “a preocupação doravante é manter a resistência diante de um futuro repleto de incertezas e ameaças àqueles que se empenham na construção de uma sociedade mais justa e igualitária”.

É notório que as mulheres rurais são as responsáveis pela reprodução social da família, em especial, no caso deste assentamento pesquisado, pois além dos trabalhos não remunerados, que são essenciais para a manutenção da força de trabalho familiar, são responsáveis pela produção agrícola nos lotes.

Observamos, durante o acompanhamento das agricultoras nas feiras e nos eventos ocorridos na área urbana voltados à temática da Agroecologia, as dificuldades de deslocamento do assentamento para a área central aparecem exponencialmente, agravando ainda mais quando estão com sacolas carregadas de produtos para serem comercializados.

Além dos cultivos diversificados e da criação de pequenos animais, as agricultoras do assentamento Josué de Castro preparam doces, polpas de frutas, temperos, farinha, sabonetes com ervas medicinais, entre outros produtos. A agroindustrialização artesanal leva a agregação de valor e com melhores retornos monetários.

As Figuras (01 e 02) retratam a participação das agricultoras no Primeiro Encontro Agroecológico da Biohortas, realizado em junho de 2024, na Bio cultivar, situada no centro do município de Campos dos Goytacazes. Nessa ocasião, as agricultoras levaram seus produtos para apresentar e comercializar junto aos participantes.

Figura 01: Exposição dos produtos alimentares para vendas no circuito curto BioHorta, município de Campos dos Goytacazes-RJ.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: Ana Lima (2024)

Figura 02 título



Fonte: Ana Lima.

Na figura (03) as agricultoras expõem seus produtos em bancas localizadas na área interna da Universidade Federal Fluminense, UFF/Campos dos Goytacazes, todas às quintas feiras, um grupo de agricultores e agricultoras organiza a exposição dos seus produtos



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

pautados na Agroecologia, atendendo não só o público da instituição, mas a toda comunidade ao entorno.

São comercializados hortaliças, frutas, raízes, bolos, sucos, polpas, geleias, doces caseiros, farinhas, ovos, temperos etc. São produtos confeccionados a partir da produção agroecológica nos lotes e sem produtos químicos.

Figura 03



Fonte: Ana Lima.

Além de alimentos, há a comercialização de sabonetes de maracujá, capim limão e aroeira, feitos com a produção agroecológica das agricultoras assentadas.

Figura 04



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: Ana Lima.

A intensa jornada laboral ocasiona uma sobrecarga de trabalho e impacta na sua saúde e no cotidiano das agricultoras, pois o cansaço a leva a baixar seu rendimento, com isso gera preocupação, onde em alguns relatos as agricultoras dizem chorar escondidas por estarem preocupadas na possível renda que se deixa de obterem. E, quando isso acontece, elas tentam recuperar, em outro momento, a fim de compensar aquele em que sua saúde ou seu emocional encontrava-se abalado e que não permitiu uma rentabilidade como esperado.

A estratégia de comercialização nas feiras urbanas é uma forma de ocupar o seu lugar dentro da sociedade, gerando renda monetária e autonomia, todavia, ocasiona uma sobrecarga de trabalho às agricultoras, pois com algumas mulheres que conversamos, estão nessa jornada intensa há mais de dez anos .

O assentamento rural pode ser trabalhado conceitualmente a partir de duas vertentes - território ou lugar -. Enquanto território, Fernandes (2006, p.07) o conceitua como “ espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência”. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade”.

As agricultoras do assentamento Josué de Castro estão engajadas na luta pela terra desde 2001, quando passaram a participar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa participação ativa demonstra a intencionalidade política e social do grupo em redefinir o uso e o sentido da terra. A partir dessa luta, o assentamento deixa de ser apenas um espaço geográfico para se converter em um território de resistência e de vida social construída. Em outras palavras: “a parte é transformada em todo e o todo é transformado em



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido, segundo a intencionalidade da relação social que o criou” (Fernandes, 2006, p. 06). A apropriação do espaço, portanto, é um ato político que reflete o poder e a autonomia das famílias. A luta pela terra é uma busca incessante de reafirmar a identidade e um novo projeto político.

As agricultoras demonstram através das inter relações entre si, a construção do assentamento como um lugar, em que a identidade, os sentidos e os símbolos são reforçados e valorizados na relação espacial direta entre as pessoas.

O papel dessas mulheres é fundamental para a permanência das famílias no território (resistência), na formação dos filhos (reprodução social) e na garantia da segurança e soberania alimentar. As estratégias de organização desenvolvidas pelas agricultoras do Assentamento Josué de Castro, representam um modelo de resistência que é, ao mesmo tempo, produtivo, financeiro e político.

A partir das observações feitas no campo, identificamos que a Agroecologia, foco de suas feiras e da produção, não se limita a ser apenas uma ciência ou uma técnica agrícola. Ela constitui, sobretudo, uma estratégia política que se distingue do modelo hegemônico do agronegócio. Ao associar sua produção à qualidade alimentar e à saúde, confere às agricultoras autoridade técnica e moral, fortalecendo sua posição no processo decisório sobre o manejo da terra.

As agricultoras vem externalizar a importância do lugar em que vivem, por meio de todo o seu empenho, seja nas atividades laborais seja nas atividades domésticas, o assentamento representa seu sentimento de pertencimento, mesmo que a jornada intensa de trabalho não seja amplamente reconhecida. “Muitas mulheres buscam iniciativas de complementação da renda, mas pode-se notar o sucesso maior com a junção de forças, o associativismo e o cooperativismo” (Aro e Ferrante, 2013, p. 208).

A estratégia dos circuitos curtos de comercialização (feiras) é uma forma de evitar a subordinação aos atravessadores, possibilitando maior valor agregado aos produtos, preço justo e aumento da renda monetária.

O empoderamento das agricultoras impulsiona a construção de suas identidades. Feiras e eventos se convertem em plataformas visíveis onde a identidade de "agricultora do assentamento" é solidificada. Elas representam a face pública da resistência do assentamento na sua relação com a sociedade urbana, atuando na quebra de preconceitos e na construção de



parcerias. Além disso, observamos que, em diversos lotes do assentamento Josué de Castro, há a presença de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

O deslocamento dessas mulheres do assentamento para o curto circuito de comercialização na cidade tem um propósito, responsabilidade e preocupação, em via de mão dupla: comercializar alimentos saudáveis e auferir uma renda monetária fruto do seu trabalho. Como mencionado, o pilar da produção de alimentos em seus lotes é a Agroecologia. Dessa forma, ao garantirem o alimento para a população urbana, elas demonstram também o cuidado com o meio ambiente em que vivem, expressando gratidão e reconhecimento pela terra que permite o plantio e a colheita.

A partir das ações de natureza coletiva, as agricultoras do assentamento Josué de Castro promovem o fortalecimento do grupo e das inter relações internas. A organização que se estabelece é essencial para o escoamento de seus produtos e a visibilidade de seu trabalho..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa, em fase de desenvolvimento, foi possível apresentar como o contexto da formação territorial reverbera na desigualdade social no campo e na cidade. Ao longo do texto, retratamos como a história agrária de Campos dos Goytacazes foi moldada pela monocultura da cana-de-açúcar, latifúndios e trabalho de escravizados, resultando em concentração de terras, de renda e um aprofundamento dos problemas sociais. A emergência dos assentamentos, impulsionada pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), representa a materialização da disputa pelo território e a transformação de um espaço de improdutividade (sem função social) em território de reprodução da agricultura familiar.

As agricultoras do Josué de Castro referenciam a importância da luta pelo território e no território, com o desenvolvimento de estratégias para garantir a reprodução social e econômica das suas famílias por meio da produção agroecológica e venda em circuitos curtos. A intensa jornada laboral expõe a sobrecarga de trabalho, imposta por uma sociedade ainda estruturada pelo patriarcado: as mulheres são responsáveis pela produção agrícola no lote, o trabalho doméstico não remunerado e a comercialização dos produtos *in natura* em feiras, eventos e mercados institucionais. A intensa jornada laboral das mulheres é agravada pela ausência de apoio laboral, seja pelo seu cônjuge ou pelos filhos, assim como ausência de



equipamentos de uso coletivo nas áreas rurais. A organização das agricultoras a participar em circuitos curtos de comercialização (como as feiras) é um ato político e resistência para o seu dia a dia. Nesses circuitos elas conseguem vender diretamente aos consumidores, estabelecer essa relação de reciprocidade e auferir preços justos. Nesse tipo de comercialização as agricultoras buscam autonomia econômica que vem a ser um passo crucial para uma identidade política.

Já na articulação entre território, compreendido como espaço político de luta e afirmação de classe, a luta dessas agricultoras vai além da posse da terra. É uma busca pela visibilidade e pelo reconhecimento como guardiãs da soberania alimentar, uma vez que elas defendem o direito fundamental de controlar seus próprios sistemas alimentares, priorizando a produção local, sustentável e agroecológica.

Como propostas ao tema expressamos a necessidade de políticas públicas, de apoio de instituições de assistência técnica e extensão rural e no acesso aos equipamentos de uso coletivo presentes na cidade e ausente nas áreas rurais.

REFERÊNCIAS

ARO, D. T; FERRANTE, V. L. S. B. Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 199-226, 2013.

CABRAL, A. A. O. Questão agrária no Brasil e o desafio da reforma agrária. **XII SOBER Nordeste**, Anais..., 2017. p. 945-959.

CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, B. M. O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil. **Osal**, Petrópolis, p. 33-36, set. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/105/O%20MST%20e%20a%20luta%20pela%20reforma%20agr%C3%A1ria%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOREIRA SANTOS, E. V.; Relação campo-cidade e as ruralidades nos assentamentos rurais em Campos dos Goytacazes, RJ. **Edição Especial do V Workshop REDOT y VI Seminário Internacional de Ordenamiento Territorial**, 2017.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XI SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p. [Livro aberto].

PAULA, C. de et al. Grupos focais em Ciência Política. In: SAMPAIO, R. C.; PAULA, C. de (org.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. Brasília: ENAP, 2020. [p. 118-144].

PAULA, L. A. C. de. **A bela flor do/no campo**: por uma geografia de gênero e (r) existência em assentamentos rurais do interior de São Paulo. 2020. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2020.

SAMPAIO, R.C.; PAULA, C. D (org.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. Ed. rev. Brasília: ENAP, 2025.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. 25-44, 2014.